

1 Ata da reunião ordinária nº 1508 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 27 de julho de
5 2022.

6 No dia vinte e sete de julho, do ano de dois mil e vinte e dois, às
7 quatorze horas e trinta minutos, na sala virtual, **Link:**
8 meet.google.com/byv-evep-qmk, em função do isolamento social,
9 decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se ordinariamente o
10 Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra.
11 Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, prof.
12 Dr. Airton José Petris e dos seguintes conselheiros: Paulo Cesar
13 Meletti, Silvano Cesar da Costa, Daniel da Silva Barros, Sarah Nancy
14 Deggau H. de Souza, Rogério Zanetti Gomes, José Roberto Pinto de
15 Souza, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Marcos Augusto Rocha, Silvia
16 Meletti, Azenil Staviski, Zilda Freitas Andrade, Ana Márcia Tucci de
17 Carvalho, Leandro Ricardo Altimari e Luis Fernando Casarim.
18 Representando o Centro de Letras e Ciências Humanas, compareceu
19 a profª. Elaine Mateus. Convidados: Angela Maria Sousa Lima, Rafael
20 Fujita, Edmarlon Giroto, Maria Helena Ribeiro Bueno, Tânia Lobo
21 Muniz, Edson Miura, Maria Elisa Cestari, Sandra Garcia, Alberto Durán
22 Gonzáles e Lisiane Freitas de Freitas. **I. ORDEM DO DIA Item 1)**
23 **Discussão e votação da Ata 1507, de 13 de julho de 2022.** Aprovada,
24 com 2 abstenções. **Item 2) Processo 19.232.069-0 – AINTEC -**
25 **deliberar acerca da indicação de dois Diretores de Centros de**
26 **Estudos para comporem o Conselho Técnico da Agência de**
27 **Inovação Tecnológica da UEL, sendo 1 titular e 1 suplente,**
28 **conforme estabelece a resolução C.U. 34/2017 (Relator: Prof. Dr.**
29 **Edson Miura).** Essa resolução 034/2017 aprovou a AINTEC e nesse
30 regimento se faz a previsão de um conselho técnico, órgão deliberativo,
31 composto pelo diretor da agência, mais a chefia da INTUEL, chefia do
32 EPI, Chefia do ETT, Pró-Reitor da PROPPG; Pró-Reitor da PROEX e
33 um diretor de Centro de Estudos (titular) e um suplente, pelo Conselho
34 de Administração. Esse conselho de reúne ordinariamente duas vezes
35 por semestre e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias.
36 Aproveita para agradecer à Profa. Mara Solange e ao Prof. Amauri
37 Alfieri, por toda a dedicação nesse Conselho, enquanto eram Pró-
38 reitores. Todos os membros têm mandato de 2 anos, podendo ser
39 reconduzido uma vez, todos têm direito a voz e voto. Precisamos nessa
40 reunião indicar substitutos para a Profa. Tânia Lobo e para o Prof. Aron
41 Petrucci, que assumiram cargos na Administração. Em regime de
42 discussão: o Prof. Rogério Gomes indica seu nome como titular. Prof.

1 Silvano Cesar – o prof. Alan sugeriu o seu nome como suplente. Profa.
 2 Tânia Lobo – por ser vice-diretor, creio que não seria possível, a
 3 resolução fala em diretor de centro. Profa. Marta Favaro – sugiro que
 4 seja o Prof. Silvano Cesar, então, como suplente e no futuro, pode pedir
 5 a substituição. Prof. Silvano Cesar – concordo com esse
 6 encaminhamento, fico nesse período de transição. Aprovada a
 7 indicação do Prof. Rogério Gomes como titular e professor Silvano
 8 Cesar, como suplente. **Item 3) Processo 19.140.864-0 - CASA DE**
 9 **CULTURA - deliberar acerca do Acordo de Cooperação, que entre**
 10 **si celebram a Universidade Estadual de Londrina e o Palco Paraná,**
 11 **para estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes, visando**
 12 **o apoio na realização do projeto TEATRO PARA CRIANÇAS**
 13 **(escolas públicas), com a disponibilização do Cine Teatro**
 14 **Universitário Ouro Verde. (Relatora: Maria Helena Bueno).** Esses
 15 espetáculos serão realizados com crianças de 6 a 12 anos, oriundas de
 16 escolas públicas. Estão previstas 38 apresentações, com máximo de
 17 350 crianças, por apresentação, porque haverá uma mediação do
 18 público e cuidando também das questões sanitárias, usarão apenas
 19 metade das cadeiras. As apresentações serão feitas por produtoras,
 20 conforme o edital 01/2022. Em razão desse edital, é exigido um termo
 21 de cooperação, por isso, esse processo veio para o C.A, porque pela
 22 nossa resolução, poderia ser feito apenas um termo de cessão do uso
 23 do espaço. A comissão de pauta já autorizou as datas e também a
 24 isenção do preço público para o uso do espaço nesses dias. Ainda
 25 assim, mesmo com o termo de cooperação aprovado, depois, os termos
 26 de cessão deverão também ser firmados com cada uma das
 27 produtoras. Prof. Silvano Cesar – entendo que seria uma cessão de
 28 espaço mesmo, porque não haverá cooperação nesse caso. A empresa
 29 produtora que ganhou para organizar esses espetáculos em Londrina
 30 é a Parnaxx. No processo eu li que serão disponibilizados 7 dias para
 31 a apresentação, sendo dois espetáculos por dia e o seu relato traz 38
 32 apresentações, precisamos saber o que de fato foi aprovado pela
 33 comissão de pauta, para não aprovarmos algo que não está em acordo
 34 com o que a Casa de Cultura deliberou. Ficou preocupado com essas
 35 isenções, porque de certa forma é uma renúncia de receitas, não estou
 36 julgando o mérito de se levar cultura para as escolas públicas, levar
 37 teatro para essas crianças, acho um projeto muito bom, envolve a rede
 38 de ensino, mas esse edital, do Palco Paraná, tem dinheiro, cerca de
 39 5mil por apresentações, penso que poderiam pagar uma taxa mínima.
 40 Maria Helena Bueno – a disponibilidade das datas foi a primeira
 41 questão que debatemos. Nós já expusemos a eles e destacamos que
 42 antes de publicar o edital, antes de fazer contato com os municípios,

1 verificar a disponibilidade dos espaços, mas, as Secretarias fizeram a
2 concepção do projeto, sem sequer consultar a UEL, ou a Casa de
3 Cultura, tampouco a disponibilidade das datas. Nós temos um curso de
4 Artes Cênicas que poderia contribuir com esses espetáculos também.
5 Mas, decidimos, pelo mérito, aprovar o projeto, mesmo não tendo sido
6 partícipe dessa elaboração do edital. O município de Apucarana
7 também está com o mesmo problema. Como não temos disponibilidade
8 nem para setembro, nem para outubro, essas datas já deverão ser
9 alteradas, o termo foi alterado, a minuta do termo de cooperação terá
10 expresso que as datas ainda serão confirmadas. Já sabem também que
11 só teremos disponibilidade para quintas e sextas-feiras, porque
12 utilizamos de segunda a quarta para ensaios da orquestra e para as
13 exibições do cinema. E também temos que preservar as datas das
14 formaturas. Sobre o preço público, nós estabelecermos alguns critérios
15 para fazer a isenção, no caso do PROMIC, nós pedimos para incluir no
16 projeto, para que a isenção fiscal seja incluída. A resolução vigente já
17 estabelece os critérios que a própria direção da Casa de Cultura pode
18 deliberar, ouvida a comissão de pauta. Quando extrapola esses termos,
19 vem para o C.A. Claro que o valor nos faz falta, mas, a gente entende
20 que é um projeto que vai beneficiar muitas crianças de escolas públicas
21 e será algo que promoverá a cultura que é a nossa essência, além
22 disso, vai sair na divulgação do evento, o APOIO da Casa de cultura, o
23 que, de certa forma, divulga o nosso trabalho também. Profa. Marta
24 Favaro – nós percebemos que houve um vasto caminho de ajustes
25 intermediado pela Casa de Cultura, conforme faz prova toda a troca de
26 e-mails encartada no processo. Maria Helena – agradece também a
27 PJU com o cuidado que trataram o processo, em razão de respeitar as
28 nossas regulamentações e ao mesmo tempo sermos sensíveis à pauta
29 de serem espetáculos para crianças de escolas públicas, que merecem
30 terem acesso a esses espetáculos, terão transporte, espaço adequado,
31 lanche, e é emocionante ver essas crianças entrando no Ouro Verde,
32 pela primeira vez, terão acesso a ouvir uma orquestra, que vai ver um
33 teatro em um espaço tão bom como o Ouro Verde. Em regime de
34 votação: aprovado por unanimidade. **Item 4) Processo 19.141.160-9 –**
35 **COPS - deliberar acerca da isenção do preço público referente a**
36 **inscrição do Processo Seletivo Vestibular de 2023, para 50**
37 **pessoas em privação de liberdade, assistidas pelo Patronato**
38 **Penitenciário e Escritório Social de Londrina (Relatora: Prof.^a Dra.**
39 **Sandra Garcia).** **Item 5) Processo 19.258.678-0 - COPS - deliberar**
40 **acerca do pedido de isenção do preço público da inscrição do**
41 **Processo Seletivo Vestibular de 2023, para 46 pessoas em**
42 **privação de liberdade, assistidas pela Casa de Custódia de**

1 **Londrina (Relatora: Prof.^a Dra. Sandra Garcia). Item 6) Processo**
2 **19.258.674-7 - COPS - deliberar acerca do pedido de isenção do**
3 **preço público para a inscrição do Processo Seletivo Vestibular de**
4 **2023, para 30 pessoas em privação de liberdade, assistidas pela**
5 **Cadeia Pública Feminina de Londrina (Unidade de Progressão**
6 **Feminina de Londrina) (Relatora: Prof.^a Dra. Sandra Garcia). Item**
7 **7) Processo 19.258.671-2 - COPS - deliberar acerca do pedido de**
8 **isenção do preço público para a inscrição do Processo Seletivo**
9 **Vestibular de 2023, para 60 pessoas privadas de liberdade,**
10 **assistidas pela PEL III (Penitenciária Estadual de Londrina)**
11 **(Relatora: Prof.^a Dra. Sandra Garcia). Item 8) Processo 19.258.539-**
12 **2 - COPS - deliberar acerca do pedido de isenção do preço público**
13 **para a inscrição do Processo Seletivo Vestibular de 2023, para 21**
14 **pessoas privadas de liberdade, assistidas pelo Centro de**
15 **Reintegração Social de Londrina - CRESLON (Relatora: Prof.^a Dra.**
16 **Sandra Garcia). Item 9) Processo 19.258.663-1 - COPS - deliberar**
17 **acerca do pedido de isenção de preço público da inscrição do**
18 **processo Seletivo Vestibular 2023, para 125 pessoas privadas de**
19 **liberdade, sob custódia da Penitenciária Estadual de Londrina -**
20 **PEL I (Relatora: Prof.^a Dra. Sandra Garcia). Item 10) Processo**
21 **19.258.658-5 - COPS - deliberar acerca do pedido de isenção de**
22 **preço público da inscrição do Processo Seletivo Vestibular 2023,**
23 **para 160 pessoas privadas de liberdade, assistidas pela**
24 **Penitenciária Estadual de Londrina - PEL II (Relatora: Prof.^a Dra.**
25 **Sandra Garcia).** Relato em bloco. Temos 7 solicitações. O ano
26 passado tivemos a inclusão da cadeia feminina e esse ano entrou
27 também a PEL 3. O Patronato é o que tem as pessoas que estão em
28 uma condição diferente de privação de liberdade, não é regime
29 fechado. Os demais são regime fechado ou regime semi-aberto.
30 Tivemos uma reunião com o DEPEN e atendemos aquilo que o
31 Conselho de Administração já havia solicitado, para a assinatura do
32 memorando de entendimentos. O DEPEN nos forneceu materiais de
33 consumo, papel e canetas na quantidade necessária para todos esses
34 assistidos que prestarão as provas. Nós pontuamos com o DEPEN que
35 havia sempre o questionamento do C.A se não haveria uma
36 possibilidade de contrapartida financeira, mas, o diretor do DEPEN
37 disse que não é possível. Firmamos no ofício alguns cuidados que
38 precisam ter porque não é só a isenção, mas, sim, a aplicação das
39 provas, solicitamos mais segurança nas unidades prisionais em que
40 serão aplicadas as provas. Além de que os presos permaneçam em
41 sua respectiva unidade penal, até o dia da prova, porque alguns
42 transitam entre uma unidade prisional e outra. As outras universidades

1 públicas também, a partir do próximo vestibular vão passar a fornecer
2 essas isenções, a pedido do DEPEN. Foi constituída uma comissão há
3 2 anos, de acompanhamento pedagógico desses estudantes privados
4 de liberdade aqui na UEL, o que tem gerado um resultado bastante
5 positivo. Profa. Marta Favaro - É um grande processo de
6 ressocialização. A comissão foi constituída com apoio da PROGRAD e
7 dos Centros de Estudos. Nós estamos abrigando esse processo que é
8 bem significativo, mas, precisamos avançar mais nessa cooperação,
9 para além dos materiais que fornecem. Estamos apreciando todos
10 esses processos, a isenção para 492 e também a realização das provas
11 nas unidades prisionais, com todas os apontamentos já elencados pela
12 COPS, de segurança, de mobilidade etc. Profa. Sarah Hegeto – não
13 seria necessário apreciarmos uma planilha desses custos? Não sei
14 quanto custará essas isenções. Estamos abrindo mão de quanto e
15 gastaremos quanto? Profa. Sandra Garcia – nós não anexamos porque
16 não é uma solicitação, o preço da inscrição é R\$ 167,00. O custo
17 estimado por candidato que envolve aplicação da prova, elaboração,
18 correção, higiene dos espaços etc, mais deslocamento até as unidades
19 penais. Se multiplicarmos o valor da inscrição pelo número de pedidos,
20 daria R\$ 82.164 mil reais. Profa. Marta Favaro – não podemos
21 condicionar a isenção à negociação com o Estado, que precisa ser
22 fortalecida, ampliação de parcerias e colaboração, mas, o projeto já
23 está acontecendo e já somos modelo na ressocialização desses
24 assistidos. Inclusive, a partir de nosso exemplo, outras IES vão também
25 oportunizar o vestibular para esses assistidos. Prof. Silvano Cesar – já
26 tive conversas com pessoas da Justiça e me parece que há dinheiro,
27 mas, parece mais fácil pedir a isenção. Gostaria de fazer um pedido,
28 que se fizesse um levantamento, quantos isentamos desde o primeiro
29 pedido, destes, quantos efetivamente passaram no vestibular e quantos
30 se formaram, e se eles saem nesse tempo, se evadiram ao longo do
31 curso. Talvez seja mais interessante o juiz que propõe a
32 ressocialização, ofertar um curso técnico, com menor tempo, para já
33 ingressar no mercado de trabalho, porque muitas vezes esse apenas
34 ele larga a faculdade porque chegando aqui, precisa trabalhar para se
35 manter e acaba optando pelo emprego e deixando os estudos. Uma
36 outra ideia seria o Judiciário oferecer bolsas para esse pessoal,
37 encaminhar esses assistidos ao SENAI, para já sair com uma profissão.
38 Hoje, esse C.A já está isentando mais de cem mil reais, juntando o
39 Palco Paraná e mais esses pedidos das unidades penais. Penso que
40 deveria se encaminhar um ofício para a Justiça para bancarem esses
41 custos. Profa. Marta Favaro – essa ação pode ser feita, mas, não me
42 parece razoável condicionar essa negociação aos pedidos já postos

1 aqui. Podemos fortalecer o diálogo e fortalecer a aproximação com o
2 judiciário para conquistar mais alguma contrapartida. Prof. Silvano
3 Cesar – todo ano aumentam os pedidos, daqui a pouco toda a região
4 metropolitana estará aqui solicitando essas isenções. Profa. Marta
5 Favaro – temos uma aproximação muito boa com o Dr. Katsujo
6 Nakadomari, para tentarmos conseguir esse retorno, de algum modo,
7 ele tem um cuidado muito grande com esses apenados aqui na UEL,
8 acompanha o trabalho da nossa comissão. Profa. Ana Márcia Tucci –
9 temos alguns dados para apresentar, desde 2014 temos esse trabalho
10 com o sistema penitenciário, recebendo esses estudantes, o foco é a
11 possibilidade da formação universitária, garantir a sua ressocialização,
12 uma vez formado, tem maior chances de encontrar uma carreira. São
13 os nossos cursos que estão recebendo esses assistidos. No ano de
14 2014, tivemos 4 aprovados, em 2015, 12 convocados, em 2016, 19
15 convocados, em 2017 tivemos 20 convocados, em 2019 – 27
16 convocados, em 2019 – 17 convocados, em 20210 – 29 convocados
17 pelo vestibular. Nem todos os convocados ingressam, porque após o
18 resultado do vestibular há uma análise do juiz para saber se podem
19 cursar. Atualmente estamos com 33 estudantes privados de liberdade.
20 Já tivemos 4 formandos, 2 do curso de Direito, 1 de letras português, 1
21 de Educação Física e 1 de Serviço Social. Esse estudante do Serviço
22 Social, foi orientado pela profa. Andrea Pires, que também faz parte da
23 comissão de acompanhamento, que é composta por professores dos
24 cursos que recebem esses assistidos, e esse estudante faz parte de
25 um projeto da Educação Física, do Prof. Antonio Geraldo e o estudante
26 atende uma escola de periferia de Londrina e ele dá aula de capoeira
27 nessa escola, tirando muitos jovens de situação de vulnerabilidade,
28 esse é um dos exemplos de sucesso que temos a relatar, de
29 ressocialização. Prof. Silvano Cesar – 42 convocações e só 4
30 formandos, acredito que esses apenados saem da prisão, entram na
31 graduação e precisam trabalhar, e, assim, acabam abandonando o
32 curso. Foi feito algum estudo, até para fundamentar as nossas
33 discussões? Profa. Marta Favaro – precisamos pensar que muitos
34 desses estudantes ainda estão no percurso de formação, há cursos que
35 levam 5 anos de conclusão, sem intercorrências, mas, pode o
36 estudante ter tido alguma reprovação, trancado matrícula e ter voltado
37 depois, não dá para se firmar só nesse número de 4 formandos. Mas
38 vamos ampliar esse estudo e levantar mais números. Profa. Silvia
39 Meletti – que não seja um estudo apenas da condição dos apenados,
40 muito menos em uma relação linear da condição deles aqui dentro.
41 Esse trabalho tem uma relevância exorbitante, independente do
42 quantitativo de formandos. Focar no valor monetário das isenções é um

1 passo para entrarmos no discurso do Governo de que ensejam custo-
2 benefício de uma forma linear e pode desencadear uma série de
3 sanções para a universidade que não queremos, manter ou não uma
4 graduação, porque formam baixo quantitativo de estudantes. Eu
5 entendo que o apenado se torna nosso estudante quando efetiva a sua
6 matrícula e já passa a contar para a LGU. Temos uma questão social
7 posta, a reinserção desses indivíduos na sociedade. Com todo o
8 respeito ao professor Silvano, discordo de que a inclusão desse
9 apenado em um curso técnico, melhoraria a condição desse sujeito, só
10 porque sai para o mercado de trabalho mais rápido, o tempo curto não
11 é condição para a ressocialização. Profa. Marta Favaro – podemos
12 voltar para o nosso objeto e deliberar, em um outro momento podemos
13 retomar essas discussões e trabalhar nesse estudo que também é
14 importante. Prof. Silvano Cesar – a preocupação é o dinheiro mesmo
15 que a UEL está perdendo, não estou falando de não realizar o projeto,
16 de ressocializar esses indivíduos, mas sim, buscar novas fontes de
17 recursos, para bancar essas isenções. A minha preocupação com esse
18 baixo número é que ele entra na graduação, sai da cadeia e precisa
19 trabalhar para se manter, e, assim, acaba largando o curso. Eu insisto
20 que nesse documento, sugerir que pelo menos parte desses apenados
21 tente ingressar em um curso técnico, para a formação e ingresso no
22 mercado de trabalho seja mais rápido. Profa. Eloisa Ribeiro – no
23 conjunto de solicitações que vêm das unidades penitenciárias é sempre
24 mencionado que o Patronato dispõe de salas com capacidade de até
25 50 inscritos, mas, a resposta da COPS, solicita a isenção de 50
26 pessoas, e assim por diante, significa que o número de inscritos está
27 diretamente ligado ao número de pessoas por sala? O número de
28 isenção é o número que efetivamente se inscrevem no vestibular. Essa
29 estimativa é real, ou eles preveem o quantitativo máximo e o que
30 efetivamente se inscrevem? Profa. Sandra Garcia – o que pedem é o
31 número real das isenções, quantitativo de inscrições é o mesmo do que
32 se inscreve, um ou outro não faz o vestibular porque acontece de um
33 apenado ser transferido de município, daí não está em Londrina para
34 fazer a Prova. Importante ressaltar que a pedido da chefe de gabinete,
35 Profa. Lisiane Freitas, nós atendemos o que o Conselho de
36 Administração havia nos solicitado, fizemos uma reunião, não havia
37 nenhum documento formal e agora nesse processo há um memorando
38 de entendimento, fizemos algumas reuniões com o DEPEN, juntamente
39 com o nosso jurídico e o vice-reitor da gestão passada e avançamos
40 bem nos pedidos, mas realmente alegam não ter recursos para custear.
41 E a profa. Maria Elisa trouxe esses dados em uma reunião do CA
42 também. Profa. Angela Lima – em 2014, quando entrei na PROGRAD,

1 houve esse pedido de isenção das pessoas privadas de liberdade e
2 acompanhei de perto as dezenas de reuniões com o Dr. Katusjo, com
3 a PEL, e é interessante que agora, meu primeiro dia de SEBEC,
4 participo novamente da discussão dessa política. É interessante
5 ressaltar que já há estudos, não só da UEL, mas de outras
6 universidades do país. Precisamos construir uma política de isenções
7 para essas pessoas privadas de liberdade. É nosso papel contribuir
8 com a ressocialização, pelo ensino superior. A inserção desses
9 estudantes também favorece a sociabilidade, é pedagógico também
10 para nós que não somos privados de liberdade, conviver com essas
11 pessoas, com esse processo de ressocialização. O SEBEC defende
12 que esses estudantes tenham a isenção sem passar pelo processo de
13 seleção socioeconômica, pela condição em que vivem, pela dificuldade
14 que têm de angariar os documentos, de virem para as entrevistas. Na
15 verdade, se tivéssemos uma política de isenção, esses processos nem
16 passariam mais por esse conselho e fica feliz que a UEL está servindo
17 de modelo para outras IES nesse processo de reinserção social. Prof.
18 Daniel Barros – se formos pensar em números, de 25 mil inscritos,
19 essas 492 isenções dá menos do que 2%, então, não é tão alto assim,
20 está dentro do que se espera nas planilhas de custos do vestibular. Em
21 regime de votação: aprovado por unanimidade. **Item 11) Processo**
22 **19.239.669-7 – PROPLAN / FAUEL - deliberar acerca do Convênio**
23 **para execução do Programa de Atendimento à Sociedade**
24 **denominado: “Controle Biológico de Insetos de Importância**
25 **Médica, Veterinária e Agrícola, com uso de Bioinseticida**
26 **produzido na UEL” (Luis Fernando Casarim e Profa. Dra. Zilda**
27 **Andrade).** Esse processo tramitou em todas as instâncias regimentais,
28 a única ressalva é com relação a indicação do fiscal que consta de uma
29 cláusula do convênio, que não pode ser a coordenação, passou
30 despercebido pela PROPLAN, mas isso não impede a apreciação
31 desse Conselho, uma vez que já foi identificado e já houve a indicação
32 de novo nome para fiscal desse Programa. Prof. Paulo Meletti – aqui
33 no CCB definiu que o fiscal para todos os nossos projetos seja o nosso
34 secretário financeiro, o Eduardo Oliveira, talvez tenha passado
35 despercebido pelo coordenador do Programa. O servidor entende bem
36 essa parte fiscal e lida bem com esses PAS. Em regime de votação.
37 Aprovado por unanimidade. **Item 12) Processo 19.239.899-1 –**
38 **PROPLAN / FAUEL - deliberar acerca do Convênio para execução**
39 **do Programa de Atendimento à Sociedade denominado: “Análise**
40 **de Combustíveis Automotivos e Industriais” (Luis Fernando**
41 **Casarim e Profa. Dra. Zilda Andrade).** Esse processo tem a mesma
42 instrução. Passou por todas as instâncias. Anteriormente era ofertado

1 pelo ITEDES e agora está sendo ofertado pela FAUEL. Esse já está
2 com o nome correto do fiscal. Em regime de votação. Aprovado por
3 unanimidade. **Item 13) Processo 19.239.967-0 – PROPLAN / FAUEL**
4 **- deliberar acerca do Convênio para execução do Programa de**
5 **Atendimento à Sociedade denominado: “Programa do Laboratório**
6 **de Bacteriologia da UEL de Análise Microbiológica da Água” (Luis**
7 **Fernando Casarim e Profa. Dra. Zilda Andrade).** Foi aprovado por
8 todas as instâncias. É a primeira oferta desse PAS, então, não tem
9 relatórios anteriores a serem avaliados. **Item 14) Processo**
10 **19.244.725-9 - PROPLAN / ITEDES - deliberar acerca do Relatório**
11 **Financeiro Final do Programa de Atendimento à Sociedade do**
12 **Departamento de Agronomia (Luis Fernando Casarim Profa. Dra.**
13 **Zilda Andrade).** Esse processo trata de relatório financeiro final, de
14 2012 a 2016, em 3 de novembro de 2021 esse processo foi pautado no
15 C.A, e foi solicitado pelo Conselho para fazermos alguns
16 encaminhamentos. A PROEX enviou o processo para o departamento
17 de agronomia, para colocar a data da aprovação *ad referendum* desse
18 relatório, inclusão de documentos solicitados pela Assessoria de
19 Auditoria Interna e a manifestação dos docentes envolvidos na
20 coordenação desse PAS. Foi encaminhado também a análise do
21 departamento sobre o parecer da AAI. Profa. Zilda Andrade - em
22 atendimento à decisão do Conselho de Administração, em reunião
23 realizada dia 03/11/2021 (fl. 168), a PROEX, por meio do parecer (fl.
24 169-170) enviou o presente processo à Chefia do Departamento de
25 Agronomia/CCA solicitando as informações nele contidas, o posterior
26 envio à Direção do Centro de Ciências Agrárias para análise e
27 manifestação e a devolução do processo para a PROEX. Após a
28 manifestação dos docentes (fl. 171-175) acerca do Parecer nº 13/2021
29 (fl. 153-161) da Assessoria de Auditoria Interna (AAI), a Chefia do
30 Departamento de Agronomia, em conjunto com a Direção do Centro de
31 Ciências Agrárias, anexou manifestação à folha nº 176 e remeteu o
32 processo à Auditoria Interna (AAI) para apreciação. A Assessoria de
33 Auditoria Interna, após reunião com a PROEX e a PROPLAN, por meio
34 do Encaminhamento nº 171/2022 (fl. 177-178) dirigido à PROEX,
35 recomenda a aprovação do presente Relatório nos termos da
36 aprovação dos Relatórios referentes aos Cursos de Extensão.
37 Considerando que no ofício resposta da Chefia de Departamento (fl.
38 176) não foi atendida a solicitação de informação da PROEX (fl. 169),
39 foram anexados (fls. 179-180) os e-mails que tratam do referendun
40 quanto ao parecer "ad referendum" do Conselho de Departamento que
41 aprovou o Relatório em 21/09/2020 (fl. 150). Diante do exposto e, em
42 atendimento ao parecer do Conselho de Administração de 03/11/2021,

1 encaminhamos o presente processo para deliberação do Conselho de
2 Administração. Há registros fotográficos que comprovam que os
3 equipamentos que foram adquiridos estão realmente sendo utilizados
4 nos projetos do CCA, cumprindo o que estabelece o convênio, todos
5 patrimoniados. A Auditoria Interna fez reuniões com a PROEX e
6 PROPLAN, recebeu manifestação dos envolvidos. Como esse relatório
7 foi realizado antes do envio do documento que tratava da questão do
8 nepotismo, formulado pela Auditoria, esta unidade recomenda a
9 aprovação do relatório, nos mesmos termos dos cursos de extensão
10 com aquelas recomendações administrativas. A Auditoria se manifesta
11 Considerando suas atribuições regimentais conforme o Regimento da
12 Reitoria da Universidade - Resolução CU nº 013/2018; Considerando
13 Reunião realizada no Centro de Ciências Agrárias - CCA;
14 Considerando Reunião realização com a Pró-Reitoria de Extensão,
15 Cultura e Sociedade e a Pró-Reitoria de Planejamento na presente
16 data; Considerando Recomendação Administrativa do Conselho de
17 Administração referente aos processos dos Cursos de Extensão;
18 Considerando a manifestação do docente, fl. 174/175 e a manifestação
19 da Chefia de Departamento e Direção de Centro, fl. 176; Considerando
20 que o presente PÁS 2012-2016 ocorreu antes dessa Auditoria Interna
21 comunicar ao Centro de Ciências Agrárias sobre a Lei de Nepotismo;
22 **Item 15) Processo 19.244.941-3 - PROPLAN / ITEDES - deliberar**
23 **acerca do Relatório Financeiro Final do Programa de Atendimento**
24 **à Sociedade “Programa de Atendimento da EPUEL à Sociedade,**
25 **referente ao período de 25/06/2008 a 26/06/2012 (Luis Fernando**
26 **Casarim). Item 16) Processo 19.244.792-5 - PROPLAN / ITEDES -**
27 **deliberar acerca do Relatório Financeiro Final do Programa de**
28 **Atendimento à Sociedade “Programa de Atendimento da EPUEL à**
29 **Sociedade, referente ao período de 25/06/2012 a 26/06/2016 (Luis**
30 **Fernando Casarim). Item 17) Processo 19.244.892-1 - PROPLAN /**
31 **ITEDES - deliberar acerca do Relatório Financeiro Final do**
32 **Programa de Atendimento à Sociedade “Programa de**
33 **Atendimento da EPUEL à Sociedade, referente ao período de**
34 **27/06/2016 a 27/06/2020 (Luis Fernando Casarim).** Em bloco. São
35 relatórios de Programa de Atendimento à Sociedade - PAS, todos eles
36 da Estação de Piscicultura da UEL – EPUEL, é um PAS que existe
37 desde 2012. A PROPLAN fez todas as análises. Teve todas as taxas
38 recolhidas e todas atestadas pela PROAF. Foram aprovadas em todas
39 as instâncias. A única situação é que no processo de 2012 houve uma
40 receita de 27mil reais e que veio caindo ao longo dos anos, ficando o
41 último com uma receita de pouco mais de 200 reais, talvez pela própria
42 atividade. Mas, mesmo assim, não gerou custos para a Universidade.

1 Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 18) Processo**
2 **19.154.220-7 – PRORH - deliberar acerca do pedido de contratação**
3 **temporária, de um docente em 20h, para o Departamento de Direito**
4 **Público (CESA) (Relator: Prof. Dr. Leandro Altimari)**. Trata-se da
5 contratação de um docente temporário, em substituição de docente que
6 foi liberado para atividade sindical. Ao longo dos últimos anos essa
7 liberação ocorre com base em legislação, em todas as disposições
8 nesse sentido tem tido a substituição autorizada por esse conselho,
9 tanto para o cargo de presidente, quanto para o vice-presidente. Nesse
10 sentido, como temos o limitador de horas, para atender as situações
11 previstas na nossa resolução de quantitativo para as substituições de
12 cargos administrativos, ainda dispomos de 60h para atender a essas
13 demandas. Houve uma reserva de 100h para atender às situações
14 emergenciais. Entendemos que essa situação pode ser. A PRORH
15 sinaliza que o conselho pode atender a esse pedido. Profa. Sarah
16 Hegeto – essa substituição tem um tempo determinado? Ou podemos
17 rever a cada semestre? Profa. Marta Favaro – a substituição é pelo
18 período do mandato sindical do docente. Prof. Daniel Barros – na
19 página 11 tem uma boa defesa dessa situação. A resolução 45/2022.
20 Profa. Tania Lobo – temos uma lei estadual que autoriza esses
21 servidores serem substituídos para exercerem os seus mandatos
22 sindicais, em número de três, a cada sindicato. Nesse caso, temos feito
23 a substituição do presidente em 20h e agora do vice-presidente também
24 em 20h. Prof. Paulo Meletti – quantas horas ainda temos disponíveis?
25 Profa. Marta Favaro - das 1960h, já utilizamos 1900h, então, temos 60h,
26 autorizando essa substituição, teremos 40h para outros casos que
27 vierem, de substituição para ocupação em cargo administrativo. Prof.
28 Leandro Altimari – nos restará 40h para o ano de 2022. A perspectiva
29 é que tenhamos o quantitativo redimensionado, após aposentadorias,
30 a reitora tem apresentado essa demanda junto ao Governo do Estado.
31 Esse quantitativo de horas vale até dezembro desse ano. Mas a
32 substituição dos docentes em direção sindical, vale para todo o período
33 do mandato deles. Profa. Marta Favaro - precisamos manter o nosso
34 compromisso junto ao movimento sindical isso fortalece a formação do
35 nosso coletivo e dá um pouco mais de ajuda para os nossos colegas.
36 Prof. Silvano Cesar – está havendo substituição em 100% para esses
37 casos, sai em 20h e se substitui em 20h. Penso que há outras
38 demandas nos Centros de Estudos e que não conseguimos contratar.
39 Não é porque é histórico que precisamos substituir. O quantitativo
40 mudou. Se está sobrando horas, talvez pudessem ser distribuídas nos
41 Centros. Profa. Marta Favaro – essas horas não estão sobrando. É uma
42 reserva pequena para abrigar outras demandas que ainda virão, a

1 exemplo de algum outro representante sindical, haja vista que pela lei,
2 podemos substituir 3 dirigentes e até o momento estamos substituindo
3 dois. Haverá a substituição da Maria Helena Ribeiro também que é
4 servidora e assumirá em seu lugar uma docente. Além disso, algum
5 cargo administrativo nosso que está ocupado hoje por servidor, pode
6 ser substituído por algum docente, caso seja necessário. Prof. Leandro
7 Altimari – restam poucos meses esse ano. E o ano que vem haverá
8 novo quantitativo e com as aposentadorias, teremos um número que
9 abrigue todas as demandas dos Centros, pelo menos é o que se
10 espera. Profa. Tania Lobo – gostaria de reforçar o pedido de
11 substituição, até porque é uma atividade importante para a Instituição
12 e para todos os servidores e a distribuição da carga horária do Centro
13 foi feita anterior a esse pedido. Prof. Silvano Cesar – a gente tinha tudo
14 planejado, já havíamos feito a distribuição, mas, o docente faleceu,
15 então, houve uma baixa e poderíamos usar essa carga horária para
16 redistribuir nesses casos. Temos departamentos com problemas de
17 carga horária, a exemplo da Matemática e agora a gente disponibilizada
18 20h, não tiro o mérito da questão sindical, mas, já está havendo
19 substituição do presidente. Prof. Daniel Barros – vale lembrar que o
20 CESA é o Centro que está no limite, nos cortes que houve o ano
21 passado, alguns departamentos como o Direito Público ficou com déficit
22 grande de carga horária. Nossos docentes estão com 14h em sala.
23 Sempre ocorreu nos últimos anos a liberação, passava no C.A porque
24 o Pró-reitor não tinha autonomia pela resolução, mas, nunca houve
25 óbice para essa aprovação. Profa Elaine Matheus – me filio à
26 preocupação que o Prof. Silvano traz, porque é bastante difícil,
27 compreendo que essas horas foram reservadas para cobrir situações
28 da administração, mas, ao final estamos dizendo que essas horas
29 administrativas são mais importantes que as substituições acadêmicas.
30 Os departamentos se reorganizaram, houve cortes de carga horária,
31 estamos passando por mudanças curriculares, tenho essa
32 preocupação também, é uma situação bastante complicada aprovar
33 uma substituição em 20h de um docente que está saindo em 20h,
34 quando temos situações bem graves nos Centros, de falecimentos, ou
35 seja, condições que não estavam previstas quando da distribuição da
36 carga horária. Profa. Tania Lobo – essa carga horária que está em
37 discussão foi uma reserva para atender às substituições administrativas
38 e ela ainda está sendo destinada. Temos até o final do ano, 40h, para
39 abarcar outros casos administrativos que virão. Profa. Marta Favaro –
40 os argumentos precisam ser considerados. Reforço que não estamos
41 trabalhando em relação de comparação, a acadêmica *versus*
42 administrativa, ambas são essenciais para a manutenção das

1 atividades de Ensino. Precisamos ampliar a nossa discussão. Em
2 regime de votação. Aprovado com 3 votos contrários. Prof. Silvano
3 Cesar - Declaração de voto, “não sou contrário à substituição para a
4 ação sindical, só acho que o momento não é favorável, que essa carga
5 horária poderia ser redistribuída aos Centros que estão em situações
6 emergenciais”. **Item 19) Processo 19.260.483-4 – PRORH - deliberar**
7 **acerca da abertura de PSS para contratação temporária de**
8 **Agentes Universitários de Nível Superior e de Nível Médio, para**
9 **atuarem na área de Ensino e na área de Saúde, como CADASTRO**
10 **DE RESERVA. (Relator: Prof. Dr. Leandro Altimari).** Aglutinamos os
11 pedidos do HU e do campus no mesmo processo, porque ambos
12 envolvem a abertura de abertura de PSS para agentes universitários,
13 tanto de ensino médio quanto de ensino superior. Para a área da saúde,
14 há a indicação de abertura de vagas para: ÁREA DA SAÚDE: Funções
15 indicadas pela Superintendência do HU. AGENTE UNIVERSITÁRIO
16 DE NÍVEL SUPERIOR. Assistente social; Enfermeiro; Farmacêutico;
17 Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Nutricionista; Psicólogo. Agente
18 Universitário de Nível Médio: Técnico Administrativo; Técnico em
19 Enfermagem; Técnico em Laboratório e para o Ensino, Agente
20 Universitário de Nível Superior: Advogado, Assistente Social;
21 Engenheiro Civil; Engenheiro Eletricista; Engenheiro Mecânico;
22 Nutricionista; Psicólogo. Agente Universitário de Nível Médio; Técnico
23 Administrativo. Lembrando que é uma abertura de PSS para cadastro
24 de reservas, porque ainda aguardamos liberação do Governo do
25 Estado. No caso das vagas do Ensino, a PRORH – divisão de seleção,
26 pensou em primeiro momento abrir para todas as áreas, mas, em razão
27 do tempo que a COPS tem para realizar o concurso, tivemos que
28 selecionar as vagas mais emergenciais. Indicamos as vagas que
29 possibilitariam atender o maior número de ações, a exemplo de
30 psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, que podem atender o
31 maior número de pessoas da comunidade universidade, naqueles
32 órgãos como exemplo do SEBEC. Advogados também são necessários
33 para atender a todas as demandas da universidade, hoje temos apenas
34 2 advogados concursados, 2 assistentes sociais, 2 psicólogos para
35 atender a toda UEL e órgãos suplementares. Precisamos de
36 engenheiros também, já que no campus temos apenas 2 e engenheiro
37 eletricista temos apenas um. Engenheiro mecânico temos apenas um
38 também. Na perspectiva de buscar alternativas que envolvem
39 PROPLAN e PCU, nessas áreas consideramos os projetos e
40 redimensionamento de climatização, que deve ser feito pelo engenheiro
41 mecânico e outras funções que estão sendo feitas hoje pelo engenheiro
42 eletricista, mas, não seria o profissional indicado para assinar a RT

1 (Responsabilidade Técnica). Além disso, o engenheiro mecânico pode
2 cuidar das caldeiras existentes no campus, que hoje não temos esse
3 profissional para dar o suporte. Há perspectiva que tenhamos novo
4 teste seletivo em 2023, para atender a outras demandas, com essa
5 metodologia, de indicar áreas que atendam maior número de pessoas.
6 A realização do modelo de seleção que a COPS consegue fazer nesse
7 curto espaço de tempo, possibilita aplicar as provas para essas
8 profissões. Já elaboramos o cronograma do teste seletivo, na
9 perspectiva que se aplicamos aqui, formar as comissões, buscar os
10 profissionais de área para a seleção, teremos condições de realizar o
11 PSS em novembro desse ano, com o compromisso de finalizar todo o
12 processo até 20 de dezembro de 2022, e assim, iniciar o ano de 2023
13 já com esses profissionais, claro que se houver a autorização do
14 Estado. Profa. Marta Favaro – lembrando que é um PSS em cadastro
15 de reserva, mas, estamos na luta para conseguir suplementação do
16 Estado para darmos efetividade ao processo. Prof. Silvano Cesar – vi
17 que tem alguns cargos que são iguais no HU e no Campus, mas, as
18 provas são as mesmas, precisa só cuidar para que não migrem todos
19 para o HU, por causa de benefícios salariais. A questão do engenheiro
20 mecânico eu já questionei também, mas, com a explicação do Prof.
21 Leandro Altimari eu compreendi melhor. Acho que as profissões que
22 dependem de provas práticas poderiam ser colocadas também, porque
23 é um cadastro de reserva. Prof. Leandro Altimari – teremos dois editais,
24 para atender demandas distintas. Embora sejam as mesmas
25 profissões, as situações em cada espaço, HU e Campus, são
26 diferentes, exigem perfis diferentes. Isso foi bastante discutido entre a
27 PRORH e a COPS. Se fizermos um único teste, todos migrariam para
28 o HU, em razão das gratificações. Fazendo dois editais, quem se
29 inscrever para trabalhar no campus, estará ciente das condições do
30 campus. É o candidato que vai optar. Profa. Marta Favaro – temos duas
31 fontes financiadoras, a demanda do HU vem via SESA. Pode ser que
32 tenhamos a autorização para o HU. E o PSS do campus está ligado na
33 SETI, cujo recurso vem da SEFA, são aquelas 85 vagas referente a
34 clínicas e escritórios. Prof. Leandro Altimari – a PRORH fez um
35 concurso em 2015 e a experiência ali não foi positiva de realizar um
36 único edital. Por isso, pela experiência que tivemos, trabalharemos
37 sempre com dois editais, campus e HU. Profa. Sarah Hegeto - tem
38 vários profissionais que preferem não trabalhar em hospital, creio que
39 terá interessados para os dois PSS sim. Prof. Jose Roberto Pinto de
40 Souza - Os Centros de Estudos também têm grande falta de técnicos
41 de laboratório. Por que não acrescentar essa função na área do ensino?
42 Profa. Marta Favaro – já estamos com o PSS de técnicos de

1 laboratórios em aberto. Está bem adiantado. Em regime de votação.
2 Aprovado por unanimidade. INFORMES. Prof. Paulo Meletti – há 15
3 dias recebemos uma notícia bem ruim, da demissão da Profa. Roberta,
4 que havia sido contratada via decisão judicial. A exoneração dela já foi
5 publicada em diário oficial, já havia passado em período de estágio
6 probatório. Era uma das únicas que trabalhava com oncogenética, com
7 disciplinas nessa área em vários cursos. Estava com 3 mestrandos.
8 Junto com a Profa. Karen Brajão era responsável pelo laboratório
9 genética que faz testes de paternidade de trio vivos que a UEL é a única
10 instituição pública que faz isso no Paraná. Vai deixar o departamento
11 de biologia geral em situação muito precária. Aqui no CCB fizemos até
12 um trabalho de redistribuição, que nesse departamento já havia perdido
13 um docente, com o falecimento do Prof. Wagner Paiva, que também
14 trabalhava com aconselhamento genético. Ele era biólogo e assinava
15 os laudos e não tinha ninguém para substituí-lo. Imagino que a Reitoria
16 já está fazendo todos os esforços para a substituição dessa docente,
17 com a carga horária administrativa. Prof. Leandro Altimari – já estamos
18 estudando esse caso, já conversamos com a Procuradoria Jurídica, e
19 tentando agilizar a solução. Formalizar o processo junto à SETI. Temos
20 que levar o caso, em razão de que essa docente que foi exonerada tem
21 ligação direta com os projetos que são de interesse da SESA –
22 Secretaria de Estado da Saúde. Tenho um informe sobre o PSS de
23 técnicos de laboratório, para atender demandas específicas das aulas
24 práticas dos Centros de Estudos. Felizmente está tudo certo com esse
25 PSS, no dia 01/08/2022, os técnicos aprovados assinam os contratos e
26 já imediatamente serão destinados aos Centros de Estudos. Alguns
27 aprovados não apareceram para trazer a documentação, mas, já
28 vamos providenciar a convocação dos segundos colocados. Profa. Ana
29 Márcia Tucci – dia 01/08/2022 começa a nossa semana dos
30 ingressantes e vai até 05/08. São ingressantes até não finalizarem o
31 processo de matrículas, reforço esse pedido para a confirmação de
32 matrícula. Já solicitei aos Centros de Estudos que disponibilizem
33 computadores para que esses ingressantes façam a confirmação de
34 matrícula, só a partir disso conseguem ter acesso ao horário de aulas,
35 acesso ao R.U e se tornam efetivamente nossos estudantes. Prof.
36 Silvano Cesar – também trago uma notícia triste, do falecimento de um
37 técnico de laboratório nosso, o Dionízio dos Santos, ainda jovem,
38 morreu dormindo. Uma situação muito triste. Agradece ao SEBEC, na
39 pessoa da Betty Finatti, e também assistente social Ana Luísa, que deu
40 apoio para nós e também para a família, acompanhei a retirada do
41 corpo, deram todo o suporte para a mãe do servidor e tivemos todo o
42 suporte desses servidores do SEBEC, a família não tinha condições

1 nem de pagar velório, e trâmites para o enterro, e a assistente social
 2 orientou que há seguro para isso, pela UEL mesmo e tudo foi resolvido.
 3 Uma situação muito triste, mas, tivemos todo o suporte para lidar com
 4 a situação. Um outro informe é que começa hoje a 26ª Ação Solidária
 5 do CCE-UEL para a compra de cestas básicas para as famílias
 6 necessitadas da Zona Norte de Londrina. Pedimos a sua contribuição
 7 e divulgação da ação junto às suas redes sociais. A previsão de entrega
 8 das cestas é 12/08/2022. Nada mais havendo para tratar, a Reitora,
 9 profª Marta Regina Gimenez Favaro agradeceu a presença de todos e
 10 encerrou a reunião e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária
 11 Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após lida
 12 e aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho
 13 presentes na reunião.

14

15 Marta Regina Gimenez Favaro
 16 Reitora

17

18 Airton José Petris
 19 Vice-Reitor

20

21 Elaine Mateus

22 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

23

24 Paulo Cesar Meletti

25 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

26

27 Silvano Cesar da Costa

28 Diretor do Centro de Ciências Exatas

29

30 Daniel da Silva Barros

31 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

32

33 Sarah Nacy Deggau H. De Souza

34 Diretora do Centro de Ciências da Saúde

35

36 Rogério Zanetti Gomes

37 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

38

39 José Roberto Pinto de Souza

40 Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias

41

42 Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues

43 Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

44

- 1 Zilda Freitas Andrade _____
- 2 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade
- 3
- 4 Ana Marcia Tucci Carvalho _____
- 5 Pró-Reitora de Graduação
- 6
- 7 Silvia Meletti _____
- 8 Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
- 9
- 10 Azenil Staviski _____
- 11 Pró-Reitor de Administração e Finanças
- 12
- 13 Luis Fernando Casarim _____
- 14 Pró-Reitor de Planejamento
- 15
- 16 Leandro Ricardo Altimari _____
- 17 Pró-Reitor de Recursos Humanos
- 18
- 19
- 20 **CONVIDADOS**
- 21
- 22 Angela Maria Sousa Lima _____
- 23 Diretora do Sebec
- 24
- 25 Alvaro Barreto _____
- 26 Diretor do SAUEL
- 27
- 28 Rafael Fujita _____
- 29 Representando a Prefeitura do Campus